

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.747 - PR (2019/0103428-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FURQUIM BEZERRA & CIA. LIMITADA
ADVOGADOS : OSNILDO PACHECO JÚNIOR - PR032683
WILLIAM RIBEIRO SILVEIRA - PR054307
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo FURQUIM BEZERRA & CIA. LIMITADA, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que inadmitiu Recurso Especial interposto contra acórdão, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. FATURAMENTO DA EMPRESA. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

A penhora sobre o faturamento da sociedade executada, estipulada em 5% do faturamento bruto mensal, obedece a parâmetro de razoabilidade, pois evita que a execução se prolongue indefinidamente e concilia o interesse do exequente na satisfação de seu crédito com o interesse social na manutenção da atividade produtiva." (fl. 120e).

A parte ora agravante, nas razões do Recurso Especial interposto com fundamento na alínea **a** do permissivo constitucional, alega violação aos arts. 805 e 835, ambos do CPC/2015, sustentando que:

" Consoante demonstrado na síntese processual, na r. decisão vergastada por meio do agravo de instrumento interposto pela recorrente, o MM. Juízo a quo determinou a penhora de 10% (dez por cento) sobre o faturamento mensal da empresa executada, sendo que o E. Tribunal a quo reduziu tal penhora para 5% (cinco por cento), contudo, relevou que tal medida expropriatória já restou deferida em outros dois feitos também movidos pela agravada, razão pela qual não poderá subsistir a r. decisão guerreada, senão vejamos:

Nos autos nº 0002601-56.2010.8.16.0147 o MM. Juízo Singular já havia determinado a penhora do faturamento da empresa executada e esse E. Tribunal Regional Federal da 04ª Região já havia dado provimento parcial ao agravo de instrumento da empresa Furquim Bezerra, para reduzir o percentual penhorado para 5% do faturamento bruto mensal da empresa executada, "a fim de não inviabilizar a continuidade das atividades da empresa devedora em face do ônus que

lhe é imposto” (vide decisão proferida nos autos de agravo de instrumento n. 5024841- 63.2016.4.04.0000/PR – juntada no evento 1 – OUT8), sendo que nos autos 0001932- 66.2011.8.16.0147 também foi deferida a penhora de 10% (dez por cento) do faturamento da recorrente.

Partindo de tais premissas, é claro que não há que se falar em nova penhora de faturamento da empresa executada nos presentes autos, ou qualquer outro feito que seja, sob pena de conduzir a empresa agravante à ruína financeira.

Ora Digníssimos Julgadores, ao manter uma nova penhora sobre 5% (cinco por cento) do faturamento da empresa recorrente nos presentes autos, somadas às penhoras de faturamento já deferidas nos autos n. 0001932-66.2011.8.16.0147 (10%) e autos nº 0002601-56.2010.8.16.0147, é claro que restarão totalmente inviabilizadas às atividades da empresa.

Afinal, se mantidas as penhoras de faturamento da empresa executada em três processos, uma de 10% (dez por cento) e outras duas de 5% (cinco por cento), a ora embargante terá 20% (vinte por cento) de seu faturamento bruto penhorado, o que notoriamente lhe conduzirá a bancarrota, sendo exatamente neste sentido o entendimento deste C. Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

(...)

Neste sentido, note-se que o entendimento consagrado jurisprudencialmente visa a preservação da empresa propriamente dita, com o objetivo de manter a sua fonte produtora, o emprego dos trabalhadores, o estímulo à atividade econômica e, ao fim e ao cabo, o próprio interesse dos credores na satisfação de eventuais créditos.

Portanto, como a preocupação com a preservação das atividades da empresa é baseada no seu inegável interesse social, seja como fomento da economia, seja como fonte geradora de empregos à população, é claro que jamais poderá ser mantida a penhora de seu faturamento no presente feito, mais 10% (dez por cento) nos autos n. 0001932-66.2011.8.16.0147, e mais 5% (cinco por cento) nos autos n. 0002601- 56.2010.8.16.0147, até mesmo porque nestes últimos autos o E. Tribunal Regional Federal da 04ª região já reconheceu que “a fixação da penhora, atendendo os parâmetros de modicidade, deve limitar-se a 5% (cinco por cento) sobre o faturamento bruto mensal”. (grifos nossos).

Aliás, a entendimento da jurisprudência pátria é exatamente neste sentido, senão vejamos:

(...)

Assim sendo, atendendo-se ao princípio da preservação da empresa, requer que este C. Superior Tribunal de Justiça no exercício do seu mister constitucional, decida a controvérsia trazida aos olhos do Poder Judiciário, não só pelo estrito cumprimento do frio texto da lei ou do formalismo excessivo com base em uma visão estreita e unilateral, mas, também, com o alcance e a efetiva justiça de sua decisão no mundo dos fatos - quando ela deixará o papel e a tinta em busca da real pacificação social.

(...)

No caso concreto, além de ser possível observar pelos documentos acostados em seu agravo de instrumento, que a recorrente indicou outros bens à penhora para a garantia da dívida, verifica-se, que a penhora de seu faturamento já foi determinada em outras duas execuções fiscais, sendo que em uma delas o E.

Tribunal Regional Federal já estabeleceu que o percentual a ser penhorado não deve ultrapassar 5% (cinco por cento) sobre o faturamento bruto da empresa Furquim Bezerra.

Portanto, resta totalmente impossível a manutenção da r. decisão recorrida, sob pena de caracterizar flagrante ilegalidade e inviabilizar o funcionamento da recorrente que terá seu faturamento bruto penhorado na ordem de 20% (vinte por cento) – se somarmos os três processos aonde restou deferida a penhora de seu faturamento.

Aliás, cumpre ressaltar como deve ser adotada a medida menos gravosa ao devedor e a recorrente já indicou alternativa à satisfação do crédito exequendo, com a nomeação de bens à penhora, inclusive imóveis, é evidente que deverá ser reformada a r. decisão vergastada.

Desta forma, requer seja conhecido e provido o presente recurso para reformar a r. decisão agravada, a fim de afastar a penhora sobre o faturamento mensal da empresa recorrente, haja vista que já foi deferida nos autos nº 0002601- 56.2010.8.16.0147, inclusive no percentual de 5% (cinco por cento) como decidido pelo E. Tribunal Regional Federal da 04ª Região no julgamento do agravo de instrumento nº 5024841-63.2016.4.04.0000/PR, bem como também já restou deferida nos autos n.

0001932-66.2011.8.16.0147 em percentual de 10% (dez por cento) sobre o faturamento da agravante.

Outrossim, na remota hipótese deste E. Tribunal entender que é caso de manutenção da r. decisão recorrida, requer seja conhecido e provido o presente recurso para determinar a suspensão da decisão agravada enquanto vigente à penhora de faturamento em outros feitos em que a agravante figura como recorrente, para que somente após venha

ocorrer o início da penhora do faturamento nos autos de origem, sob pena de inviabilizar seu funcionamento.

Por fim, em homenagem à eventualidade, na remota hipótese de mantida a penhora do faturamento da recorrente nos presentes autos, requer seja reduzida a fração à ser penhorada para no máximo 2% (dois por cento), sob pena de inviabilizar suas atividades." (fls. 137/142e)

Por fim, requer "seja o presente recurso especial admitido, conhecido e provido, ao efeito de ser reformado o v.acórdão proferido pelo E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, de maneira infundada manteve a excepcional penhora do faturamento da recorrente, mesmo já tendo sido determinada tal penhora em outras duas execuções fiscais, aplicando-se, assim, corretamente os artigos 805 e 835 do Código de Processo Civil ao caso sub judice." (fls. 142/143e)

Apresentadas as contrarrazões (fls. 152/155e), foi o Recurso Especial inadmitido na origem (fls. 158/163e), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 171/188e).

Contraminuta a fls. 192/194e.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do Agravo, passa-se à análise do próprio Recurso Especial que, contudo, não merece prosperar.

Com efeito, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que é possível, em caráter excepcional, a penhora sobre o faturamento da empresa, quando presentes, cumulativamente, as condições previstas no art. 655-A, § 3º, do CPC/73, desde que o percentual fixado não torne inviável o exercício da atividade empresarial.

No presente caso, o Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, assim se manifestou:

" Insurge-se a parte agravante contra decisão que indeferiu seu pedido de que fosse afastada a penhora sobre 10% do seu faturamento mensal e, subsidiariamente, fosse reduzido o percentual fixado para 5% do seu faturamento.

Pois bem, o Superior Tribunal de Justiça estabeleceu que a penhora sobre o faturamento da empresa deve atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: a) não localização de bens passíveis de penhora e suficientes à garantia da execução ou, se localizados, de difícil alienação; b) nomeação de administrador (art. 677 e seguintes do CPC); e c) não comprometimento da atividade empresarial (STJ, AgRg no REsp 919833/RJ, Rel.Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2011, DJe 15/04/2011; REsp

1137216/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 18/11/2009).

No caso dos autos, entendo que tais requisitos foram plenamente atendidos, pois tal modalidade de penhora foi deferida após as diligências empreendidas não terem êxito na localização de outros bens passíveis de penhora (cf. decisão judicial do evento 1, OUT13), sendo que foi nomeado o representante legal da empresa como depositário. Ademais, em que pese acuse a agravante a existência de outras penhoras sobre o faturamento, não há comprovação dessas constrições e nem notícia de sua efetivação e vigência. Além disso, a agravante não indicou como a nova penhora sobre o faturamento irá inviabilizar o funcionamento da empresa. Preenchidos, portanto, os requisitos exigidos pelo Superior Tribunal de Justiça, cabe a manutenção da penhora sobre o faturamento da sociedade agravante.

Por outro lado, a penhora deve incidir no percentual de 5% sobre o faturamento bruto mensal da sociedade, percentual adotado por este TRF da 4ª Região como razoável a não inviabilizar a atividade empresarial da executada. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, assim sintetizados:

(...)

Impõe-se, assim, reformar a decisão judicial agravada para reduzir a 5% a penhora sobre o faturamento bruto mensal da sociedade Furquim Bezerra & CIA LTDA." (fls.123/124e)

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

A propósito: "A análise das razões apresentadas pela recorrente de que não foram esgotados todos os meios para localização de outros bens penhoráveis, bem como de que a penhora sobre o faturamento da empresa colocaria em risco a atividade empresarial demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial" (STJ, AgInt no AREsp 343.773/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 01/07/2016).

Confirmam-se, ainda:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PENHORA SOBRE FATURAMENTO DE EMPRESA. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE OUTROS BENS PENHORÁVEIS NO PATRIMÔNIO DO

DEVEDOR. SÚMULA N. 7/STJ.

1. É possível a penhora recair sobre o dinheiro da empresa, sem que tal providência importe ofensa ao princípio da menor onerosidade para o devedor, previsto no art. 620 do CPC/1973. Precedentes.
2. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.
3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.001.490/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 22/05/2017).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO. POSSIBILIDADE. INVIABILIDADE DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS EM DECORRÊNCIA DA CONSTRIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite a possibilidade de a penhora recair sobre o faturamento da empresa. Trata-se, contudo, de medida excepcional que requer a observância das condições previstas no art. 655-A, § 3º, do CPC/73 e desde que o percentual fixado não torne inviável o exercício da atividade empresarial, sem que isso configure violação ao princípio da menor onerosidade.
2. No caso concreto, a discussão acerca da suposta inviabilidade das atividades da empresa, em decorrência da penhora incidir sobre seu faturamento e da moderação do percentual fixado para a constrição, demanda o revolvimento das circunstâncias fático-probatórias dos autos, procedimento vedado em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Precedentes.
3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.037.227/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 09/05/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO DA EMPRESA. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. A jurisprudência do STJ é assente quanto à possibilidade de a penhora recair, em caráter excepcional, sobre o faturamento da empresa, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas na legislação processual (art. 655-A, § 3º, do CPC) e que

o percentual fixado não torne inviável o exercício da atividade empresarial.

2. A ausência de imposição de limite legal no dispositivo que permite a penhora do faturamento da empresa executada não pode conduzir à conclusão de que se deva penhorar a integralidade dos numerários de que dispõe, pois figura também como interesse público o livre exercício da atividade econômica no território brasileiro, de onde advém a geração de empregos, receita e riqueza, em nada interessando, nem mesmo ao Fisco, o fechamento das empresas, ainda que para adimplir o Erário.

3. O Tribunal de origem, soberano na apreciação das circunstâncias fáticas, deferiu a penhora limitando-a à fração de 5% dos valores depositados na conta-corrente da empresa executada, com vistas à função social da empresa e à continuidade de suas atividades, levando em consideração sua precária situação financeira.

4. Destaca-se que a penhora sobre o faturamento só garante plenamente o juízo quando a soma do valor penhorado corresponder ao valor total devido.

5. Nesse contexto, para rediscutir as premissas fáticas firmadas pela Corte de origem, faz-se necessário o reexame dos elementos probatórios da lide, tarefa essa soberana às instâncias ordinárias, o que impede nova análise via especial, ante o óbice da Súmula 7.

6. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.659.692/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

Por fim, no que tange ao pedido de redução do percentual fixado para realização da penhora sobre o faturamento (fl.142e), referida análise resta impossibilitada, em decorrência do não conhecimento do recurso especial por incidência de óbice sumular.

Pelo exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora